

## O TERRITÓRIO PARA ALÉM DA CONSTRUÇÃO SOCIAL: Síntese Sujeito-Cosmo e Envolvimento a Favor da Vida

<http://dx.doi.org/10.21527/2237-6453.2024.61.16137>

Submetido em: 1/7/2024

Aceito em: 24/7/2024

Marcos Aurelio Saquet<sup>1</sup>

### RESUMO

É interessante e intrigante como o conceito e categoria território está cada vez mais difuso entre diferentes áreas do conhecimento e em determinadas situações espaciais e temporais, em discursos políticos e estratégias de gestão. Uso, ordenamento, gestão e desenvolvimento do território estão em destaque, porém, normalmente, são utilizados de maneira superficial, confusa e inadequada tendo em vista a complexidade e indivisibilidade das relações sociedade-natureza-cosmo e tempo-espaço. Então, nesta oportunidade, decidimos discorrer e refletir sobre o território para além da sua compreensão como construção social, evidenciando duas questões que consideramos de alta relevância social e científica, ou seja, a sua amplitude e indivisibilidade no nível da relação sujeito-cosmo (transmultiescalar e transtemporal) e a sua íntima relação com a nossa vida cotidiana (em sua pluridimensionalidade), assumindo, por isso, um significado que consideramos bastante renovado, no nível do que estamos denominando de envolvimento territorial. Este é compreendido tendo como base a relação sociedade-natureza-cosmo a partir da universidade, isto é, da pesquisa, da formação e da extensão: assim podemos ultrapassar o nível da abordagem territorial, implicando-nos em cada território estudado. Nosso objetivo é refletir sobre a centralidade da universidade na sua relação com a sociedade civil organizada, destacando a necessária integração entre ciência – saberes populares e originários, em cada processo de envolvimento territorial e sustentável para todos os seres deste planeta na sua unidade com o cosmo. Outro destaque, na perspectiva teórico-prática que vamos argumentar, é para a pesquisa-ação-participativa intimamente relacionada ao método das coexistências, consoante detalharemos no decorrer do texto, tentando instigar o debate sobre a construção horizontal, dialógica e participativa de uma ciência própria, cada vez mais nossa, muito mais voltada para a resolução de problemas que são comuns em nossa vida cotidiana.

**Palavras-chave:** território; cosmo; envolvimento popular; vida.

### THE TERRITORY BEYOND SOCIAL CONSTRUCTION: SUBJECT-UNIVERSE SYNTHESIS AND INVOLVEMENT IN FAVOR OF LIFE

### ABSTRACT

It is interesting and intriguing how the concept and category of territory is increasingly diffused between different areas of knowledge and, in certain spatial and temporal situations, in political discourses and management strategies. Use, planning, management and development of the territory are highlighted, however, they are normally used in a superficial, confusing and inappropriate way given the complexity and indivisibility of society-nature-cosmos and time-space relationships. So, on this opportunity, we decided to discuss and reflect on the territory beyond its understanding as a social construction, highlighting two issues that we consider to be of high social and scientific relevance, that is, its breadth and indivisibility at the level of the subject-cosmos relationship (trans-multiscalar and transtemporal) and its intimate relationship with our daily life (in its pluridimensionality), therefore assuming a meaning that we consider quite renewed, at the level of what we are calling territorial involvement. This is understood based on the society-nature-cosmos relationship from the university, that is, from research, training and extension: this way we can go beyond the level of the territorial approach, involving ourselves in each territory studied. Our objective is to reflect on the centrality of the university in its relationship with organized civil society, highlighting the necessary integration between science - popular and original knowledge in each process of territorial and sustainable involvement for all beings on this planet in their unity with the cosmos. Another highlight, in the theoretical-practical perspective that we will argue, is participatory-action research closely related to the method of coexistences, as we will detail throughout the text, trying to instigate the debate on the horizontal, dialogic and participatory construction of a science of its own, increasingly ours, much more focused on solving problems that are common in our daily lives.

**Keywords:** territory; cosmos; popular involvement; life.

<sup>1</sup> Universidade Estadual do Oeste do Paraná. Unioeste. Francisco Beltrão/PR, Brasil. <https://orcid.org/0000-0002-3435-8428>

## INTRODUÇÃO

Não precisamos ir muito longe para perceber, com clareza, que a reprodução da vida que conhecemos, na Terra, passa por uma situação dramática, seja decorrente do livre movimento existente no cosmo, seja em virtude dos severos impactos que geramos, neste planeta, todos os dias. Reagir é preciso e urgente, assim como repensar e recriar nossa forma de vida: o economicismo, individualismo, universalismo, globalismo, racionalismo e urbanocentrismo são processos concomitantes e implacáveis contra a reprodução da nossa vida.

Então, mais do que nunca, estamos numa fase aguda e acelerada de degradação do outro (dos corpos, os mais diversos, esparramados em diferentes latitudes e longitudes incluindo o planeta, normalmente, coisificado), do desgaste da solidariedade e dos extremismos econômicos, (geo)políticos, culturais e ambientais. E isso ocorre numa direção que parece inevitável, do acirramento da insegurança social e contra a vida de todos e todas, processo que exige decisões firmes e drásticas de todos nós.

Assim, não é difícil perceber, identificar e detalhar os limites das teorias eurocêntricas, racionalistas, universalistas e globalizantes para entender o território e o (des)envolvimento, para gerar soluções de fato sustentáveis no âmbito da nossa atuação cotidiana. Um aspecto que nos tem dado muito trabalho não é realizar a crítica a estas teorias, mas sim o giro cognitivo de in(sub)versão destas teorias numa perspectiva teórico-prática e(a)fetivamente descolonial, contra-hegemônica e sustentável.

Esta in(sub)versão, ainda em curso bem lento, tem um custo, pois os limites são muitos e estão enraizados em nossa história colonial, mercantil e imperial, influenciando a reprodução da dominação social e territorial, inclusive nas universidades. Estas, então, de modo geral, são compreendidas como espaços políticos de difusão e controle de conhecimentos, especialmente quando os pesquisadores e as pesquisadoras não estabelecem mediações enraizadas onde a universidade está situada (Salas Astrain, 2018).

Isto não significa que a utilidade e a utilização do conhecimento acadêmico e científico precisam estar restritas a cada território, mas que é preciso muito mais do que já fazemos, quantitativa e qualitativamente, a favor das populações de cada território, em distintas latitudes e longitudes. Isto pode ser feito com a eficácia esperada a partir de cada universidade ou centro de pesquisa com mais enraizamento, envolvimento social e compromisso territorial na sua pluridimensionalidade. Assim, ganharemos tempo, profundidade e qualidade a partir do que pesquisamos.

Um movimento que tem sido muito útil, dentro e fora da universidade, é desconstruir técnicas e métodos, ressignificar conceitos e categorias, bem como formas de análise, interpretação e avaliação do (des)envolvimento. A universidade, desse modo, passa a ser um espaço de diálogos entre saberes acadêmicos e populares, integrando-se sujeitos e práticas por meio, por exemplo, da pesquisa-ação, inventando-se metodologias para territorializar a universidade nas comunidades urbanas e rurais (Rivera; Verdejo, 2018).

É difícil, claro, porque exige humildade e reconhecimento do nosso inacabamento, dos nossos limites intelectuais e técnicos, bem como há que se ter uma posição política muito bem definida a favor de uma universidade outra, na qual se praticam outras teorias, outros métodos e técnicas, para outras finalidades que ultrapassam a imitação e a reprodução de conhecimentos normalmente produzidos em outros tempos e espaços.

Por isso, muitas vezes os métodos norte-eurocêntricos são aplicados de maneira inadequada e superficial, empiricizando-se as teorias, sem se reconhecer a imediata fusão entre pesquisador-pesquisado, negligenciando-se as singularidades e a heterogeneidade de cada tempo-espaço. Mais do que exatidão e adaptação de teorias, é fundamental termos claro que a ciência é um processo que precisa ser coerente com o movimento da vida.

Desse modo, se queremos cuidar da continuidade da vida que conhecemos, não há opção, precisamos urgente e radicalmente construir outras territorialidades e territórios, outras relações e conexões, outros saberes e fazeres, outras ciências, compreensões e atuações diárias, que não sejam estas imperantes vinculadas ao modernismo, pós-modernismo, globalismo e universalismo racional. Na ciência moderna ou pós-moderna separam-se corpos em unidades e partes para se raciocinar sobre o todo; caminha-se com a tecno-ciência ocidental hegemônica num movimento contrário ao tempo da Terra (Quintero Weir, 2021). Este universalismo homogeneizante, portanto, é totalizante e dominante, rápido e devastador, em que a colonização e degradação do outro são imperantes.

Justamente por isso é preciso reconhecer que a colonização é econômica, política e cultural, realizada por usurpadores que efetivam distintos mecanismos de controle, opressão, desprezo, racismo, subalternização, que dão continuidade à miséria, às doenças e à fome, caracterizando um movimento continuado e desumanizador, como muito bem argumentara Memmi (2021) [1955-56]). Não é difícil imaginar e entender que a superação de mais de 500 anos de colonização, na Abya Yala (Pacha-kawsay, em Kichwa – Equador), somente pode acontecer construindo-se nossa autonomia decisória nos diferentes âmbitos da vida, tentando se reproduzir com responsabilidade e autogestão, identificando-se mutuamente nos níveis da economia, política, cultura, bem como no âmbito ambiental, construindo-se, portanto, nossas teorias e práticas metodológicas por dentro e por fora da universidade.

É por isto que consideramos coerente e atual – juntamente com o tema e a obra supracitada de Albert Memmi – um dos preciosos textos do indígena e geógrafo José Quintero Weir (2021): “Teoria e prática do conhecimento a favor da vida”! Este é nosso tema nesta oportunidade, para refletir sobre duas visões de território e (des)envolvimento:

- i. *A abordagem territorial do desenvolvimento*, na qual o território resulta de uma construção social, que está imbuída, normalmente, de uma pesquisa quantitativa e/ou qualitativa, participante ou não, histórico-crítica, portanto, de teorias, métodos e técnicas, que pode resultar num trabalho de conclusão de curso, numa dissertação de Mestrado, numa tese de Doutorado, num relatório, num diagnóstico, etc., porém sempre a partir da relação sujeito-objeto estudado; embora estas pesquisas sejam, normalmente, críticas, são feitas no nível da contemplação do objeto em desenvolvimento, isto é, o pesquisador observa, descreve e reflete sobre certo processo social-espacial.
- ii. *A abordagem territorial do e no desenvolvimento*, incorporando, além dos aspectos descritos no item “i”, a pesquisa-ação-participativa, realizada em fases e coexistências (de pesquisa e cooperação com os sujeitos de cada práxis territorial), ou seja, com a necessária horizontalidade, implicação e solidariedade entre os distintos sujeitos do (des)envolvimento (incluindo o/a pesquisador/a), caracterizando a necessária relação sujeito-sujeito. Aí podemos fazer comunidades de envolvimento solidário, cooperado, reflexivo, participativo e sustentável!

E é justamente neste caminho onde estamos, acreditando que precisa ser um movimento de aprendizagens recíprocas em que os conhecimentos populares e científicos são integrados no mundo da vida; e mais, podem e precisam ser juntados teórica, metodológica e politicamente a partir de um objetivo comum, superando antiquadas e históricas dicotomias. Assim, é preciso e urgente descolonizar teorias, métodos, práticas cotidianas, compreensões e explicações, invertendo e subvertendo a ordem dominante na sua pluridimensionalidade (que pode ser relacionada com a pluridisciplinaridade quando, de fato, ocorre cooperação entre pessoas de diferentes disciplinas, numa perspectiva coerente com a realidade, relacional, complexa, ultrapassando-se o economicismo [Max-Neef, 2005]). A descolonização deve ocorrer nos níveis da economia, política, cultura e da natureza, cocriando-se soluções, criativamente e de forma sustentável, a partir das singularidades de cada tempo-espaço (Saquet, 2022).

As singularidades são, justamente, os acontecimentos, ou seja, as relações espaciais e temporais, portanto, têm duração (temporal) e extensão (espacial), simultaneidades e conexões, como muito bem argumentara Whitehead (2019 [1919]). E é ali, no nível do singular, conforme nossas pesquisas e demais ações têm revelado, que estão as “chaves” para desvendar os (des)envolvimentos existentes e qualificá-los para todas e todos os seres. Desse modo, uma abordagem territorial descolonizante torna-se indispensável.

Descolonizar, neste sentido teórico-prático, significa romper o economicismo, o individualismo, o urbanocentrismo, o globalismo, etc., quebrar as dependências e dominações, as classificações e os racismos, superar as dicotomias e opressões, as apropriações privadas e degradantes do espaço tornado território. Descolonizar significa ultrapassar a ordem colonial e a práxis de dominação imperante (Quintero Weir, 2021; Mariman, 2018; Vivero Arriagada, 2018). Descolonizar é praticar-refletindo e refletir-praticando, com o máximo possível de compromisso ambiental e social, todos os dias, dentro e fora de cada universidade, fazendo, afetivamente, comunidade e vida para todos e todas.

Desse modo, repensar e reconstruir as abordagens territoriais do desenvolvimento é uma das condições fundamentais, ressignificando o território e o (des)envolvimento, conforme evidenciamos em Saquet (2021). Subsídios para tal existem muitos, por isso, nesta oportunidade, vamos evidenciar alguns que consideramos de alta relevância para a reflexão que estamos fazendo.

## ARGUMENTO 1: CONCEPÇÕES E IMPLICAÇÕES FUNDAMENTAIS

Dallabrida (2020, 2022) e Dallabrida, Rotta e Büttendbender (2021) evidenciaram, com bastante coerência e detalhes, distintos pressupostos teóricos da abordagem territorial, com destaque a uma perspectiva multidimensional na qual se evidencia o território como patrimônio – “ponto de partida” de certo processo analítico e de gestão e desenvolvimento –, juntamente com os procedimentos de análise crítica. Na abordagem territorial propugnada por estes autores alguns aspectos precisam ser considerados, tais como as relações sociais e sociais-espaciais, a totalidade e a diversidade espacial, bem como a interação entre as diferentes dimensões da relação sociedade-natureza. Trata-se, sucintamente, de uma concepção ampla e complexa, atual e relevante, que está relacionada à conquista de desenvolvimento com autonomia decisória e sustentabilidade ambiental. Então, o conceito e prática de desenvolvimento territorial assume significados integrados (sociedade-natureza; material-imaterial) e operativos (relacionados à

transformação multidimensional de certa realidade) e tudo isto está relacionado com a opção teórico-metodológica e política por parte de cada pesquisador/a ou equipe de pesquisa e gestão do presente e do futuro.

Nesta síntese muito bem construída e argumentada por Dallabrida (2020, 2022) e Dallabrida, Rotta e Büntenbender (2021), entre outros textos que poderiam ser citados, identificamos claramente o destaque ao caráter relacional da nossa vida cotidiana, tanto no nível da relação sociedade-natureza – na sua multidimensionalidade –, como no das conexões entre distintas escalas espaciais; evidencia-se, também, o patrimônio resultante do caráter histórico e social-espacial do território, bem como a necessidade de serem estudados – o patrimônio e o território – e reordenados na direção da construção de uma gestão participativa e horizontal do desenvolvimento, tendo em vista o grande objetivo da sustentabilidade.

São todos aspectos fundamentais de uma concepção histórico-crítica e relacional de território e desenvolvimento que, aliás, podemos identificar em algumas obras consideradas clássicas, no âmbito internacional, quando nos referimos a este debate. Sucintamente, entre outras, podemos recorrer à literatura italiana, referência em temas como território e desenvolvimento, inclusive, central no debate e na prática de políticas públicas, seja na Europa, seja na América Latina.

Quando consideramos o sociólogo Bagnasco (1977, 1978), por exemplo, percebemos claramente que o desenvolvimento é entendido como uma “problemática territorial”, relacionada diretamente às relações de poder, aos processos culturais-identitários e aos distintos ecossistemas italianos. Concepção não muito diferente encontramos na obra do geógrafo Dematteis (1988), pois condiciona as formas e conteúdos territoriais aos processos de desenvolvimento, e vice-versa, ou seja, o desenvolvimento decorre de cada condição territorial, natural e social, histórica e atual, reunindo a auto-organização local, a autogestão e políticas públicas multiescalares.

Quando analisamos estas e outras concepções com mais detalhes (Saquet, 2007, 2021), notamos certo diálogo realizado entre distintos autores e concepções, especialmente para superar o economicismo, como fazem Arnaldo Bagnasco e Giuseppe Dematteis, supracitados, e como realizara o economista Becattini (2000a [1979], 2000b [1989]): sua concepção de desenvolvimento é denominada de “socioterritorial”, tendo como base os distritos industriais marshallianos; o desenvolvimento contém especificidades locais, mudanças, continuidades, tecnologias, pertencimento cultural-econômico, redes, etc.; o território se dá no nível local, porém resultado (assim como o desenvolvimento) de fatores internos e externos. Como o território é natural e social, o desenvolvimento também é, considerando, a partir dos distritos industriais, a concentração de pessoas e empresas, onde há “interpenetração” comunitária (cooperação) e concorrencial (mercado). Que síntese, ao nosso ver, ainda muito atual e relevante para uma abordagem territorial do desenvolvimento!

Assim, parece-nos que, ao longo dos anos e em diferentes países, vão se constituindo concepções de território e desenvolvimento que são interdisciplinares (algumas quiçá transdisciplinares), pluridimensionais, histórico-críticas e trans-multiescalares. E isto significa, no último quartel do século 20 e neste início do século 21, uma significativa mudança de paradigma em termos de teorias, concepções, categorias e políticas públicas, movimento mais radical assumido nos últimos 20 anos, a favor de perspectivas descoloniais e contra-hegemônicas.

E é aqui onde nos situamos, por meio de uma práxis de pesquisa, formação e cooperação com os sujeitos de cada projeto, que reconhece e valoriza a construção histórico-crítica do pensamento territorial e está a favor do envolvimento que, justamente, resultou como uma das nossas aprendizagens: o compromisso horizontal, dialógico, participativo e solidário com os sujeitos de cada território, tem significado um diferencial nas pesquisas e demais ações de cooperação que realizamos nos últimos 28 anos.

Estamos, então, apesar das muitas dificuldades enfrentadas dentro e fora da universidade, trabalhando num processo de pesquisa-participante (diagnósticos, análises, relatórios, etc.) e ação-participativa (formação e cooperação, contemporânea e de prospecção) que, juntos, formam a base do nosso método das coexistências (Saquet, 2023), de abordagem e atuação territorial, no presente-futuro sem desconsiderar o passado. Para tanto, e esta é outra aprendizagem, a compreensão da síntese sujeito-cosmo é condição do nosso envolvimento e compromisso a favor da vida, destacando o necessário cuidado para nossa existência neste planeta.

## ARGUMENTO 2: DO CORPO-TERRITÓRIO AO SUJEITO-COSMO

Já evidenciamos que nós estamos e somos, todos os dias, tempo-espaço, sociedade-natureza, sujeito-cosmo, simultaneamente, ou seja, há uma unidade, que condiciona (a) e resulta da nossa vida, que é natural-social-universal. Assim, entendemos que esta compreensão ultrapassa a ideia, normalmente narrativa e abstrata, do corpo-território, ou seja, do corpo como espaço-tempo apropriado socialmente, composto também de símbolos, subjetividades e desejos.

Nosso corpo, no âmbito social-natural-espiritual, é apropriado e dominado, controlado e maltratado, violentado e submisso, portanto, caracteriza-se como um “nó” territorial numa ampla e vasta teia de territorialidades que vão e vêm, do corpo ao cosmo, do cosmo ao corpo, resultado e condição das ondas de energia. Não é possível, portanto, separar tempo e espaço, corpo e alma, sentimento e razão, ser e pensar, local e global, dominação e opressão, sociedade e natureza, átomos e partículas. Assim, como não é possível separar a apropriação da dominação e, obviamente, o controle da submissão, a ideia da matéria, o símbolo da objetividade colonial e mercantil, há necessidade de significativas mudanças no nível das nossas ideias e práticas. Já sabemos muito bem que muitas concepções ditas críticas não são suficientes para ultrapassar a imitação do colonizador, o conteúdo colonial das chamadas modernidade e da pós-modernidade desenvolvimentistas.

O pensamento está em movimento, como o cosmo, junto com nossos corpos. Nós interagimos com a energia universal a partir da energia dos nossos corpos, pois somos energia (Quintero Weir, 2021). O pensamento está na nossa natureza e a natureza está no pensamento: os acontecimentos estão sobrepostos, estendidos uns sobre os outros (Whitehead, 2019 [1919]). Quem pensa não está separado do movimento que sustenta nossa vida numa totalidade ininterrupta (Bohm, 1980). Estas já são motivações muito boas, no nosso entendimento, para optarmos por uma concepção territorial do e no (des)envolvimento.

As dicotomias predominantes em Ciências Sociais, como a Geografia, são uma forma muito útil para fragmentar e dificultar a compreensão mais completa e sensível, teórico-prática do mundo. “[...] Mente e matéria não são substâncias separadas e sim aspectos diferentes de



um movimento total e ininterrupto” (Bohm, 1980, p. 32). Somos e estamos na relatividade e na mecânica quântica, não há como sair delas para compreender o (des)envolvimento territorial, então, há que se partilhar na coexistência corpo-Terra-cosmo.

Por isso corroboramos a necessidade de romper com os paradigmas eurocêntricos, universais, globais e racionais. Também há necessidade de superar o chamado pensamento crítico latino-americano (Salas Astrain, 2018), pois este tem sido dependente e insuficiente para compreender e explicar nossa heterogeneidade. Assim sendo, estamos trabalhando com a pesquisa-ação-participativa, a partir do método das coexistências, tentando contribuir para ressignificar drasticamente o território (como conceito, categoria analítica e processo social, temporal e espacial, bem como cosmovisão) e a problemática do desenvolvimento, num primeiro momento, entendido como (des)envolvimento e, agora, como envolvimento comprometido com a continuidade da vida qualificada para todos e todas, no sentido do “buen con-vivir” (Quintero Weir, 2021).

E é por isto, também, que consideramos fundamental confirmar o entendimento de Thompson (1981 [1978]), sobre o “ser pensado” e o “pensamento vivido”, numa perspectiva inversa àquela de René Descartes; o ser – de cada um de nós – é influenciado e influencia outros seres, minuto a minuto, segundo a segundo, e esta é uma concepção necessária para superar os “imperialismos teóricos acadêmicos”, as narrativas burguesas, sejam elas modernas ou pós-modernas.

[...] la tesis de definir a los otros hombres como no reflexivos, no críticos o ambos, significa negarles a las culturas la posibilidad de pensar su propio mundo, es ya una tesis a-crítica y, por lo general, ligada a intereses ideológicos de variada índole del que no están ausentes los intelectuales mismo (Salas Astrain, 2018, p. 185).

Enfim, entendemos que ser, pensar, estar e viver são indivisíveis, cotidiana e historicamente, por meio das territorialidades e temporalidades cotidianas, em que há (talvez infinitas) coexistências, simultaneidades, sobreposições, cruzamentos e conexões tramadas na Terra, com sucessões e fases, apropriações e dominações (i)materiais (Saquet, 2007 ). Há elementos e fatores, sempre no plural, movimentos e especificidades, misturas históricas e geográficas, políticas e econômicas, culturais e ambientais, na arte de fazer os territórios (Castillo; Cury, 2022; Cury, 2022). Evidentemente, também existem, simultaneamente, resistências, luta (de classes e “dentro” de cada classe social) de enfrentamentos feitos na práxis, em defesa do território de vida (Quinchía Roldán, 2021), em diferentes situações de apropriação transtemporal, pluridimensional e trans-multiescalar.

### ARGUMENTO 3: DA CONSTRUÇÃO SOCIAL AO NOSSO ENVOLVIMENTO A FAVOR DA VIDA

A drástica ressignificação do desenvolvimento, portanto, parece-nos essencial, por isso temos trabalhado, na teoria e na prática, contribuindo para fazer comunidades de (des)envolvimento raiz, com características próprias, a partir da nossa atuação na interface universidade-sociedade civil organizada, ciências-saberes/fazeres populares (Saquet, 2021, 2022). (Des)envolver significa contribuir e(a)fetivamente para eliminar a opressão, para cuidar do ambiente, desmascarando e reordenando relações de poder, o individualismo, a concentração da riqueza e centralização do poder.

Tarefas nada fáceis e rápidas, obviamente, mas essenciais para a preservação da vida que conhecemos, (re)ativando sentimentos afetivos, a confiança, a solidariedade, a cooperação, o respeito e o cuidado, num movimento contínuo a favor das sinergias de reciprocidade, que têm como base o entendimento de que a natureza-sociedade-cosmo está em unidade indivisível e é patrimônio – bem comum – de todos e todas.

Neste sentido, estamos a favor do território-patrimônio da humanidade (integrando humanos e não humanos): i) como lugar e *habitat*, casa e lar, coevolutivo natural-social-universal; ii) como espaço-tempo de (in)formação, mobilização, luta e enfrentamento diante da opressão e colonização, da poluição e degradação ambiental, da miséria e exploração, numa abordagem territorial prático-teórica, ou seja, voltada para a práxis territorial descolonial e contra-hegemônica, feita participativa, sustentável e popularmente, partilhando saberes e fazeres, convivendo experiências entre distintos sujeitos (Saquet, 2017, 2019, 2021, 2023).

Quando isto ocorre (a), acreditamos que estamos praticando comunidade e envolvimento territorial, como um projeto científico e cultural numa tendência coevolutiva e sustentável para viver por meio da auto-organização, da solidariedade, da cooperação, da justiça e da sustentabilidade (Dematteis; Magnaghi, 2018). Aí a mobilização e luta são essenciais como movimento para a gestão participativa do território e do nosso próprio envolvimento, por meio de ações coletivas voltadas para relações mais humanas, dignas e incluídas (Quinchía Roldán, 2021), contrapondo-se às desigualdades e à homogeneização da globalização econômica.

Quando isto ocorre (b), e nossas aprendizagens por meio da pesquisa-ação-participativa revelam muito bem, há destaque para a ancoragem territorial, como movimento de enraizamento e compromisso na construção do envolvimento, valorizando-se e potencializando-se sinergias locais, relações de pertencimento e reconhecimento, ecossistemas, bem como a proximidade político-cultural e as relações de confiança, já existentes entre os sujeitos dos bairros urbanos e/ou comunidades rurais onde atuamos ao longo dos anos.

Assim experimentamos e muito aprendemos sobre a importância cotidiana do nosso compromisso político-cultural numa práxis ancorada cultural, política e territorialmente, na interface universidade-ONGs-associações-sindicatos de trabalhadores urbanos e rurais. Nossas escalas de ação têm sido diversas, porém destacamo-nos nos níveis local e municipal, sem desconsiderar, evidentemente, as escalas estadual, regional, nacional e internacional.

Ali, a proximidade – espacial, organizacional, política, cultural e ambiental – sempre ganha centralidade, teorizada e praticada com (an)coragem, imersão social e horizontalidade, formando distintas redes curtas de solidariedade. Trata-se de uma práxis de pesquisa, formação e cooperação, também de gestão que, audaciosamente, estamos denominando de territorial, popular, descolonial e contra-hegemônica, da qual participamos diretamente por meio da pesquisa-ação-participativa (Saquet, 2017, 2019, 2020, 2021, 2022).

Ancoragem praticada, tendo como referência o máximo de convivência possível e a identidade dos sujeitos de cada projeto, tornadas potenciais fundamentais para ativar o sentido de pertencimento, a confiança, a mobilização e a luta para conseguir o que necessitam e merecem. Desse modo, acreditamos que a comunidade é o nível social e territorial mais adequado para trabalhar nesta perspectiva que estamos argumentando. É no âmbito da comunidade que ainda há solidariedade e partilha, reconhecimento e sinergia, “seres próximos para os próximos”, vivendo com os outros numa “práxis comunitária” (Dussel, 1986). “A vida



comunitária em si mesma é uma mostra destes exercícios de democracia” (Acosta, 2016 [2012], p. 147) e, assim, pode significar muito bem uma mediação para a efetiva práxis de libertação (Vivero Arriagada, 2018; Saquet, 2022).

Como reafirmara coerentemente Giuca (2019), as comunidades ainda contêm reconhecimentos culturais, afetivos e políticos, centrados na reprodução cotidiana da vida, muitas vezes preservando e potencializando suas identidades e seus enraizamentos, seus saberes e fazeres, enfim, seus patrimônios territoriais. Desse modo, o “simples” fato de ainda existir população rural já é muito importante, bem como produzir alimentos saudáveis, recuperar e preservar os centros históricos, realizar o turismo ecológico, tutelar os patrimônios materiais e imateriais – incluindo a sociobiodiversidade ainda existente – valorizar os produtos de identidade e os circuitos curtos de comercialização, etc.

Desse modo, temos apostado e dedicado muito tempo de pesquisa e cooperação numa perspectiva solidária, cooperada, ecológica, participativa e horizontal, envolvendo-nos em processos de luta e resistência, de reivindicações e proposições, de gestão e cocriação de soluções, tudo feito com corpos e almas, ciências e emoções, tecnologias e técnicas, na perspectiva de uma ciência territorial popular.

O/A pesquisador/a, portanto, também é pesquisado/a. O/A pesquisado/a, assim, também é pesquisador/a e, ambos/as, participam ativa e solidariamente, no processo de pesquisa e de transformação social e territorial desejado. E essa é uma escolha e posição incompatível com a pretensa neutralidade da ciência moderna, com os sistemas e subsistemas, com as modelizações, com as classificações de áreas, com as dicotomias natureza-sociedade e universidade-sociedade, com as narrativas universais produzidas abstratamente a partir de interesses individuais hegemônicos (Saquet, 2021, p. 51-52).

## ARGUMENTO 4: CIÊNCIA TERRITORIAL E COPRODUÇÃO DE CONHECIMENTOS E SOLUÇÕES

Talvez esteja claro para nosso/a leitor/a que estamos pensando e trabalhando num movimento contrário à colonização e à globalização, no entanto vale a pena destacar que o horizonte colonial e subordinante da chamada modernidade está contido na denominada pós-modernidade, como processos que se condicionam, em que o manejo político e ideológico de conhecimentos e abstrações acadêmico-científicas tem sido central para favorecer a manutenção da dominação social (Dussel, 2018).

Nesse contexto, a ciência popular torna-se uma práxis contra (o eurocentrismo e universalismo)-hegemônica, está vinculada – obviamente – ao povo de cada território e lugar, no tempo e no espaço (Saquet, 2019, 2021, 2022). Trata-se de uma ciência feita nas ruas, nos bairros, nas comunidades rurais, problematizando a ciência e a realidade, escutando as pessoas com compromisso político, a favor da libertação popular (Verdier, 2018).

Na ciência territorial popular que estamos argumentando, pesquisamos e colaboramos com os sujeitos de cada projeto, ou seja, atuamos na abordagem territorial do (des)envolvimento e, ao mesmo tempo, na (re)construção do envolvimento, tendo em vista a produção e comercialização de comidas agroecológicas em circuitos curtos, a preservação da biodiversidade, os necessários cuidados com a água, com o solo e com as florestas. É uma ciência pensada

e praticada, por isto requer nosso envolvimento com imersão, compromisso e cooperação, com razão e emoção, com versatilidade e sensibilidade.

E, nesta ciência territorial, não é suficiente trabalhar somente com as tradicionais fases da pesquisa científica. Em cada projeto de pesquisa-ação já realizado sempre nos esforçamos para fazer coexistir teoria e prática, para não separar ser e pensamento, para integrar saberes e fazeres populares com a ciência acadêmica. Não nos contentamos com a teorização e com as publicações, por isso implicamo-nos, o máximo possível, com as pessoas que, de fato, precisam das nossas pesquisas e cooperações.

Uma das aprendizagens do nosso envolvimento territorial – além das supracitadas – feito numa direção sustentável (na sua pluridimensionalidade), é que não há modelo para fazer a ciência territorial popular. Precisamos ser versáteis, “sair da casinha”, como se diz popularmente, (re)inventando teorias, conceitos e técnicas, ora destacando os processos ambientais, ora os políticos e culturais; ora dando centralidade para a pesquisa, ora para a ação de gestão, ora para a participação e cooperação na resolução de problemas imediatos e em outras temporalidades (Figura 1).

Figura 1 – Uma representação da necessária versatilidade na pesquisa-ação voltada para o envolvimento territorial

PESQUISA	AÇÃO	PARTICIPATIVA
PESQUISA	<b>AÇÃO DE GESTÃO</b>	PARTICIPATIVA
PESQUISA	AÇÃO	<b>PARTICIPATIVA COM COOPERAÇÃO</b>

Fonte: Elaboração de Marcos Saquet, junho de 2024.

Para efetivá-la, é necessário descolonizar nossas mentes (desaprender) e práticas, reaprendendo por meio da reflexão-ação-convivência, com imersão, (an)coragem, confiança e compromisso político, in(sub)vertendo a ciência, as teorias, as metodologias de pesquisa, os conceitos. Precisamos teorizar e praticar a compreensão e a transformação social num contínuo movimento territorial, descolonial e contra-hegemônico, feito para e com as classes sociais mais vulneráveis, justamente as que mais necessitam do nosso envolvimento e compromisso popular e sustentável, consoante já mencionamos.

Para descolonizar a sociedade é preciso atacar a divisão social, a hierarquização e o ordenamento de classes sociais em virtude das relações capital-trabalho, mas também da cor, da religião, das etnias, etc. (Mariman, 2018). Descolonizar a universidade também é imprescindível, e isto implica quebrar o ciclo que tende a transformar os estudantes em imitadores, clientes e consumidores; significa interromper o ciclo em que o aluno se torna consumidor de mercadorias educacionais, principalmente créditos disciplinares, certificações e diplomas (Mbembe, 2016). E mais, é necessário desprendimento da nossa sujeição cotidiana, para pensar e atuar ultrapassando as categorias da modernidade e da pós-modernidade, trabalhando a favor dos grupos sociais em luta, servindo como cimento do “cotrabalho”, com pesquisa, formação e ativismo (Leyva; Speed, 2008).

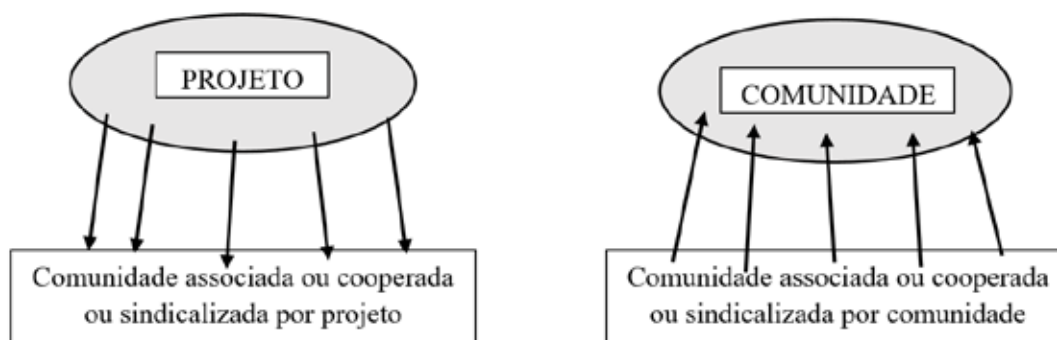
Para descolonizar, nossa práxis territorial também tem considerado essencial a integração efetiva de saberes populares e acadêmicos em cada projeto de pesquisa e cooperação. Assim, (in)formamos e somos (in)formados, aprendemos e ensinamos, contribuindo na resistência e

nas reivindicações, na gestão territorial a partir do fortalecimento da capacidade organizativa de cada comunidade urbana e/ou rural.

E isto é um movimento delicado, espinhoso, requer paciência e humildade, muito estudo e compromisso no nível comunitário, seja urbano, seja rural. Nossos aprendizados também revelam que podemos trabalhar, embora sempre horizontalmente, ora destacando os indivíduos e suas famílias, ora suas instituições associativas, cooperativas ou sindicais. Para isso também precisamos ser versáteis e sensíveis, ou seja, na abordagem e na atuação territorial. As organizações educativas têm sido, como se espera, fundamentais, bem como algumas religiosas e auto-organizativas (clubes de mães e grupos de jovens) dependendo, claro, de cada território, dos sujeitos, das suas intencionalidades e necessidades, dos seus sonhos e das condições existentes para a mobilização, (in)formação e para o envolvimento territorial. Não há, portanto, um modelo a ser seguido.

Os níveis de consciência de classe e de lugar também têm se revelado essenciais, seja para iniciar um projeto de pesquisa participante, seja para realizar as ações de cooperação e solidariedade. O fato é que, quando indivíduos e famílias e, sobretudo comunidades, assumem com reciprocidade certo projeto, as ações acontecem de forma sinérgica e focada. E mais, as iniciativas, por projeto e por comunidade, normalmente precisam acontecer simultaneamente, ampliando e tornando mais complexo nosso desafio de fazer a gestão da pesquisa e da cooperação respeitando os ecossistemas e as sociedades locais (Figura 2).

Figura 2 – A coexistência de iniciativas por projeto e comunidade



Fonte: Criação de Marcos Saquet, junho de 2024.

Para fazer uma ciência territorial popular desta forma como estamos argumentando, é preciso se condicionar a mergulhar na cotidianidade e heterogeneidade de cada espaço-tempo e território, convivendo com os distintos sujeitos, experiências de vida, concepções de mundo, saberes, técnicas e tecnologias. Para produzi-la, é necessário imergir nas territorialidades e temporalidades diárias, coproduzindo conhecimentos e soluções comuns para problemas que, muitas vezes, são comuns. Precisamos vibrar, para compreender e explicar territorialidades vibrantes e desafiadoras (Cury, 2022).

Assim, entendemos que um paradigma e(a)fetivamente descolonial e contra-hegemônico requer, necessariamente, a coprodução de conhecimento e colaboração direta para a solução de problemas da nossa gente, num movimento in(sub)versivo teórica, metodológica, ideológica e politicamente. Esse processo precisa acontecer, cotidianamente, de maneira participativa e dialógica, cooperada e solidária, com ancoragem territorial e com o máximo possível de autonomia decisória.

Esse movimento também precisa ocorrer “de dentro”, ou seja, nossas abordagens e soluções têm de ser construídas desde a Abya Ayala, porque aqui há características próprias que requerem interpretações e soluções singulares. A revolução político-cultural e ambiental é possível, porém precisa ser feita com a “alma do povo” (Dussel, 2020 [1964-72]), que muito conhece sua realidade cotidiana.

Para tal, a pesquisa-participante ou a pesquisa-ação-participativa são uma condição metodológica, especialmente centradas no “sentipensar” do/a pesquisador/a (Fals Borda, 2015 [1970], 2015 [1979]), reconhecendo-se o outro como sujeito, a partir das suas singularidades, com o qual também podemos e, muitas vezes, precisamos aprender, por meio dos diálogos e fazeres. Podemos sentir e pensar o “vazio” do cosmo e seus fluxos de energia, a sutileza da vida, com sensibilidade, com emoção e o necessário cuidado do outro (Quintero Weir, 2021).

Então, no decorrer dos nossos projetos territoriais, incentivamos a criatividade, a interação social (convivência), o respeito, a solidariedade, a resolução de problemas, considerando as condições e os objetivos de cada indivíduo, família, grupo social, bem como suas organizações políticas (ONGs, associações, sindicatos de trabalhadores/as, cooperativas da agricultura familiar), tentando contribuir para ampliar e qualificar a consciência de classe e de lugar (Saquet, 2017, 2019).

Criar é possível e necessário, cuidando do outro ser-Terra-cosmo! A criatividade (que está em nós) está diretamente relacionada com a sensibilidade, sagacidade, fantasia, percepção, com a abertura para aprender o novo e original, seja na arte, seja na ciência (Bohm, 2011). Com responsabilidade intelectual, político-cultural e ambiental, sim, mas arrojada para atender os (des)envolvimentos necessários para que possamos viver mais e melhor, com segurança, tranquilidade, saúde, educação, alimentação voltadas, claro, para a reprodução duradoura da vida.

Pesquisar e criar com autonomia, compromisso, sensibilidade e versatilidade influenciam nossa libertação territorial, pois este movimento contribui para qualificar nossa autoconsciência da dependência, da subalternidade, da depredação (Dussel, 2020 [1964-1972]). E, para tal, as “metodologias horizontais”, como a da pesquisa-ação-participativa, têm se revelado essenciais no diálogo com grupos sociais historicamente subalternizados e invisibilizados diante do Estado e dos grupos hegemônicos econômica e politicamente. Têm se revelado fundamentais para descolonizar os saberes e fazeres, gerando conhecimento construído participativamente, com envolvimento mútuo do e no (des)envolvimento.

Assim podemos contribuir para ultrapassar o campo político que, normalmente, institucionaliza o conhecimento produzido, constituindo pesquisas que enriquecem os distintos sujeitos nela envolvidos, numa perspectiva intercultural e ética (Kaltmeier, 2020). Ultrapassa-se, então, concepções homogeneizantes, atingindo a heterogeneidade, as formas e as ações, a favor da liberdade e da democracia (Hurtado Galeano; Naranjo Giraldo, 2022). E mais, reconhecer, representar e explicar a heterogeneidade, também parece essencial, por exemplo, para a construção de políticas públicas locais, redescobrimo-nos e valorizando-nos identidades, saberes, fazeres, ecossistemas, comidas típicas, contribuindo, democraticamente, para reinventar o futuro comum (Giuca, 2019).

A libertação é a condição do mestre para ser mestre. Se é um escravo da totalidade fechada nada pode interpretar realmente (Dussel, 2020 [1964-1972], p. 137).

[A] *percepção deve ser livre de condicionamento a padrões já existentes ou será, naturalmente, apenas extensão de uma reação mecânica.* Deve ser nova e diferente, criativa e original (Bohm, 2011, p. 69; grifos do original).

Nós acreditamos, portanto, que poderemos, juntos, debatendo, dialogando, convivendo, colaborando, de fato, construir nossa ciência e nossa filosofia popular e revolucionária, a partir de cada projeto de pesquisa e/ou ação participativa – com o máximo possível de originalidade e versatilidade – a partir do local, sem se restringir a ele; na direção do presente-futuro, sem desconsiderar o passado. Coproduzir o (des)envolvimento próprio, com autonomia decisória e autogestão é vital, portanto não cabe ser definido autoritariamente, seja por lei ou qualquer política pública, seja a partir de certa teoria dada como absoluta, seja por determinado pesquisador ou pesquisadora.

## PARA CONCLUIR: ARGUMENTO 5 – DO INÍCIO AO FIM, A VIDA!

Tudo isto e muito mais, que precisamos reinventar todos os dias, para cuidar da vida de todos e todas. Está cada vez mais claro que a complexidade da vida é quântico-gravitacional, que vai do micro ao macro e vice-versa por meio de intensas e continuadas conexões, em ondas talvez indivisíveis, feitas de energia que sustenta a unidade do cosmo entre tudo que existe na relação Terra-sistema solar-estrelas-galáxias-conglomerado de galáxias. “Puxam-se” mutuamente gravidade e campo quântico evitando o colapso da nossa vida natural-cosmológica-social (Cox; Forshaw, 2016).

Acreditamos que há uma totalidade (nem horizontal, nem vertical) de fluxos e conexões em nossas vidas diárias, minuto a minuto, segundo a segundo, rotação por rotação, translação por translação; não se trata de dividir o todo em partes, partindo cada pesquisa dele ou das partes, mas de considerar os elementos e suas fusões simultaneamente, como se estivéssemos olhando e refletindo sobre o horizonte, sobre o cosmo-planeta-nossos corpos, inseparavelmente.

Mesmo que nossa reflexão seja incipiente, esperamos que esteja claro que necessitamos reconstruir drasticamente as teorias e os métodos que, normalmente, utilizamos nos estudos territoriais e nas práticas de (des)envolvimento. Uma das possibilidades que tentamos elucidar é justamente esta da pesquisa-ação-participativa, feita em fases e coexistências, por fora e por dentro das universidades (e de outros níveis escolares), numa espécie de cosmovisão sentipensante (Quintero Weir, 2021), fazendo pensando e refletindo fazendo, voltando-nos ao coração da Terra, interagindo como o cosmo, para resolver problemas existenciais. É necessário, mais do que nunca, abandonar o eu individualista e fragmentador, superar a dependência e controle do outro, tendo como fundamental a continuidade da vida de todos e todas.

“Una reina, en la hora de su muerte, dice que es fuego y aire; yo suelo sentir que soy tierra, cansada tierra” (Borges, 2005 [1995], p. 9).

## REFERÊNCIAS

- ACOSTA, A. *O bem viver: uma oportunidade para imaginar outros mundos*. São Paulo: Autonomia Literária, Elefante, 2016 [2012].
- BAGNASCO, A. *Tre Italie*. La problematica territoriale dello sviluppo italiano. Bologna: Il Mulino, 1977.
- BAGNASCO, A. Problematiche dello sviluppo e articolazione dell'analisi: un paradigma per l'analisi territoriale. In: BAGNASCO, A.; MESSORI, M. e TRIGILIA, C. (org.). *Le problematiche dello sviluppo italiano*. Milão: Feltrinelli, 1978. p. 205-251.
- BECATTINI, G. Dal “settore” industriale al “distretto” industriale. In: BECATTINI, G. *Il distretto industriale*. Torino: Rosenberg & Sellier, 2000a [1979]. p. 41-56.

- BECATTINI, G. Il distretto industriale marshalliano come concetto socio-economico. In: BECATTINI, G. *Il distretto industriale*. Torino: Rosenberg & Sellier, 2000b [1989]. p. 57-78.
- BOHM, D. *A totalidade e a ordem implicada*. São Paulo: Editora Cultrix, 1980.
- BOHM, D. *Sobre a criatividade*. São Paulo: Editora da Unesp, 2011.
- BORGES, J. L. *Los conjurados*. Buenos Aires: Emecé Editores, 2005 [1995].
- CASTILLO, J. R.; CURY, M. Existem territorialidades fronteiriças? Revisão epistemológica da categoria. In: CURY, M. (org.). *Representações sobre territorialidades transfronteiriças*. Jundiaí, SP: Paco Editorial, 2022. p. 261-274.
- COX, B.; FORSHAW, J. *O universo quântico: tudo que pode acontecer realmente acontece*. São Paulo: Editora Fundamento Educacional, 2016.
- CURY, M. Pontos das territorialidades transfronteiriças do Brasil, Argentina e Paraguai: o bordado da tríplice fronteira. In: CURY, M. (org.). *Representações sobre territorialidades transfronteiriças*. Jundiaí, SP: Paco Editorial, 2022. p. 17-36.
- DALLABRIDA, V. R. Patrimônio territorial: abordagens teóricas e indicativos metodológicos para estudos territoriais. *Desenvolvimento em Questão*, v. 18, n. 52, p. 12-32, 2020. DOI: <https://doi.org/10.21527/2237-6453.2020.52.12-32>
- DALLABRIDA, V. R. Territorial approach to development and the challenge of a multidimensional methodological instrument: dossier presentation, *Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional*, v. 18, n. 1, p. 3-7, 2022.
- DALLABRIDA, V.; ROTTA, E.; BUTTENBENDER, P. Pressupostos epistêmico-teóricos convergentes com a abordagem territorial. *Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional*, v. 17, n. 2, p. 256-273, 2021.
- DEMATTEIS, G. Valorizzazione e trasformazioni territoriali. Problemi teorico-metodologici con riferimento all'Italia Centro-Settentrionale. In: LEONE, U. (org.). *Territorio e sviluppo negli spazi periferici: valorizzazione e sviluppo territoriale in Italia*. Milão: Franco Angeli, 1988. p. 44-69.
- DEMATTEIS, Giuseppe; MAGNAGHI, Alberto. Patrimônio territorial e corallità produttiva: nuove frontiere per i sistemi economici locali. *Scienze del Territorio*, n. 6, p. 12-25, 2018.
- DUSSEL, E. *Ética comunitária*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1986.
- DUSSEL, E. ¿Son posibles muchas modernidades? Un diálogo sur-sur. In: LÓPEZ NÁJERA, Verónica (org.). *De lo postcolonial a la descolonización: genealogías latinoamericanas*. Ciudad de México: Unam, 2018. p. 138-153.
- DUSSEL, E. *América Latina: dependencia y liberación*. Buenos Aires: Editorial las Cuarenta, 2020 [1964-1972].
- ESCOBAR, A. Mundos y conocimientos de otro modo – el programa de investigación de modernidad/colonialidad latinoamericano. *Tabula Rasa*, Bogotá, n. 1, p. 51-86, 2003.
- ESCOBAR, A. El lugar de la naturaleza y la naturaleza del lugar: globalización o posdesarrollo? In: ELÍAS, C.; CAMPILLO, R.; ROHÁN, D. (org.). *Lecturas de metodología de las ciencias sociales*. Chiapas: Sec. Educación del Estado de Chiapas y UNAM, 2011. p. 148-180.
- FALS BORDA, O. La ciencia y el pueblo. In: GROSSI, F.; GIANOTTEN, V.; WIT, T. (org.). *Investigación participativa y praxis rural*. Lima: Mosca Azul, 1981. p. 19-47.
- FALS BORDA, O. La crisis, el compromiso y la ciencia. In: MONCAYO, V. (org.). *Una sociología sentipensante para América Latina*. Ciudad de México: Siglo XXI Ed.; Buenos Aires: Clacso, 2015 [1970]. p. 219-252.
- FALS BORDA, O. Cómo investigar la realidad para transformarla. In: MONCAYO, V. (org.). *Una sociología sentipensante para América Latina*. Ciudad de México: Siglo XXI Ed.; Buenos Aires: Clacso, 2015 [1979]. p. 253-301.
- GIUCA, S. Reinventare un futuro per i piccoli borghi facendo leva sui prodotti agroalimentari tipici e sulle filiere corte. In: DANSERO, E. et al. (org.). *Lo spazio delle politiche locali del cibo: temi, esperienze e prospettive*. Torino: Celid, 2019. p. 169-178.
- HURTADO GALEANO, D.; NARANJO GIRALDO, G. Aprendizajes sociales y pedagogías ciudadanas. Apuntes para repensar la formación de ciudadanía en Colombia. *Estudios Políticos*, n. 21, p. 145-159, 2002.
- KALTHEIMER, O. Horizontal en lo vertical. ¿O como descolonizar las metodologías en contextos de extrema desigualdad y de la crisis planetaria? In: CORNEJO, Inés; RUFER, Mario (org.). *Horizontalidad: hacia una crítica de la metodología*. Buenos Aires: Clacso; Ciudad de México: Calas, 2020. p. 93-121.
- LEYVA, X.; SPEED, S. Hacia la investigación descolonizada: nuestra experiencia de co-labor. In: LEYVA, X.; BURGUETE, A.; SPEED, S. (ed.). *Gobernar (en) la diversidad: experiencias indígenas desde América Latina*. Hacia la investigación de co-labor. Ciudad de México: Ciesas; Flacso Ecuador; Flacso Guatemala, 2008. p. 34-59.



- MARIMAN, P. De sujetos a sujetos: el caso Mapuche en el Gulumapu. In: DÍAZ CROVETTO, G.; BINIMELIS-ESPINOZA, H.; PANTEL, B. (ed.). *Abriendo el diálogo (in)disciplinar*. Temuco, Chile: Ediciones de la UCT, 2018. p. 101-116.
- MAX-NEEF, M. Foundations of transdisciplinary. *Ecological Economics*, n. 53, p. 5-16, 2005.
- MBEMBE, A. Decolonizing the university: new directions. *Arts & Humanities in higher education*, v. 15, n. 1, p. 29-45, 2016.
- MEMMI, A. *Retrato do colonizado precedido de retrato do colonizador*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2021 [1955-1956].
- QUINCHÍA ROLDÁN, S. M. Política urbana y movimientos sociales en Medellín (Colombia): procesos de construcción y defensa del territorio. *Territorios*, n. 45, p. 127-145, 2021. DOI: <https://doi.org/10.12804/revistas.urosario.edu.co/territorios/a.9917>
- QUINTERO WEIR, J. *Conocer desde el sentipensar indígena*. Teoría y práctica del conocimiento para la vida. Guadalajara, México: Universidad Autónoma Indígena (Uain): Wainjirawa, 2021.
- RIVERA, F.; VERDEJO, D. Generación de conocimiento compartido: articulando prácticas de vinculación entre la universidad y el territorio. In: PÉREZ SÁNCHEZ, M. et al. (org.). *Universidad y territorio: a 10 años del Programa Integral Metropolitano y 100 años de la reforma de Córdoba*. Montevideo: PIM: Universidad de la República, 2018. p. 53-72.
- SALAS ASTRAIN, R. Pensamiento latinoamericano y ciencias sociales críticas. In: DÍAZ CROVETTO, G.; BINIMELIS-ESPINOZA, H.; PANTEL, B. (ed.). *Abriendo el diálogo (in)disciplinar*. Temuco, Chile: Ediciones de la UCT, 2018. p. 183-197.
- SAQUET, M. *Abordagens e concepções de território*. São Paulo: Expressão Popular, 2007.
- SAQUET, M. *Consciência de classe e de lugar, práxis e desenvolvimento territorial*. Rio de Janeiro: Editora Consequência, 2017.
- SAQUET, M. O conhecimento popular na práxis territorial: uma possibilidade para trabalhar com as pessoas. *AGEI – Geotema*, Suplemento, p. 5-16, 2019.
- SAQUET, M. *Saber popular, praxis territorial e contra-hegemonia*. Ciudad de México: Editorial ITACA, 2020.
- SAQUET, M. Dos desenvolvimentos à práxis territorial de libertação como objeto de estudos da geografia. *Revista Territorial*, v. 10, n. 1, p. 34-63, 2021.
- SAQUET, M. *Singularidades: um manifesto a favor da ciência territorial popular feita na práxis descolonial e contra-hegemonia*. Rio de Janeiro, RJ: Editora Consequência, 2022.
- SAQUET, M. The Method of Coexistences in the University-Territory Interface. *Perspectiva Geográfica*, v. 28, n. 2, p. 1-20, 2023.
- THOMPSON, E. *A miséria da teoria ou um planetário de erros*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981 [1978].
- VERDIER, M. Mamushka de caminos: relatos que gestan relatos sobre los vínculos entre universidad y el pueblo. In: PÉREZ SÁNCHEZ, M. et al. (org.). *Universidad y territorio: a 10 años del Programa Integral Metropolitano y 100 años de la reforma de Córdoba*. Montevideo: PIM: Universidad de la República, 2018. p. 39-52.
- VIVERO ARRIAGADA, L. Pensamiento crítico latinoamericano: desde la influencia del marxismo a la crisis de la hegemonía neoliberal. In: DÍAZ CROVETTO, G.; BINIMELIS-ESPINOZA, H.; PANTEL, B. (ed.). *Abriendo el diálogo (in)disciplinar*. Temuco, Chile: Ediciones de la UCT, 2018. p. 199-210.
- WHITEHEAD, Alfred. *El concepto de naturaleza*. Buenos Aires: Cactus, 2019 [1919].

**Autor correspondente**

Marcos Aurelio Saquet

Universidade Estadual do Oeste do Paraná – Unioeste

R. Maringá, 1200 – Vila Nova, Francisco Beltrão/PR, CEP 85605-010

saquetmarcos468@gmail.com

Este é um artigo de acesso aberto distribuído  
sob os termos da licença Creative Commons.

